



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/05/2020

1 Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas,
2 no Anfiteatro Professor “Hamilton Fernando Torrezan”, localizado na rua
3 Cristiano Cleopath, número mil novecentos e dois, aconteceu a reunião ordinária
4 do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os (as) conselheiros
5 (as): Regina Helena Machado Santos, Nivaldo Guidolin de Lima Filho, Solange
6 Prado Castel, José Ferreira Matos, Viviane Regina Gimenes Cavalcante, Ana
7 Paula Ferreira da Silva Pizzoquero e a secretária dos Conselhos Renata Cristina
8 Fedrigo. De maneira remota, por vídeo chamada, acontecida
9 concomitantemente, participaram os conselheiros: Juliana Montebelo Pazeti,
10 Juliano Pereira Passos, Nair Paulino Fujita e Rosebelly Nunes Marques. A
11 Presidente Viviane iniciou a reunião dando as boas-vindas aos participantes. Em
12 seguida explicou que seria importante otimizar o tempo da reunião com objetivo
13 de não estender a permanência dos conselheiros no mesmo local pensando o
14 cenário atual que estamos vivendo, e por esse motivo, todas as regras sanitárias
15 e orientações do Ministério da Saúde foram respeitadas. Os membros estavam
16 fazendo uso de máscaras, havia álcool em gel disponível, o local estava arejado
17 e as pessoas sentadas respeitando a distância mínima entre elas. Primeiro ponto
18 de pauta discutido: Aprovação e elaboração do Parecer do Conselho Municipal
19 de Educação quanto ao Parecer CNE/ CP Nº 5/2020, que dispõe sobre a
20 Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de
21 atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima
22 anual, em razão da pandemia da COVID-19. A Presidente Viviane discorre sobre
23 as preocupações referentes ao cenário atual. Compartilhou com o grupo todos
24 os decretos que órgãos de controle estavam orientando sobre a situação, bem
25 como o Parecer do Conselho Nacional de Educação, para que os conselheiros
26 ficassem informados sobre as publicações. O Parecer do CNE foi compartilhado
27 via-email e solicitado análise dos membros, lembrando que o documento não é
28 normativo e sim sugestivo, no entanto, o município tem autonomia para
29 reorganizar os calendários escolares. Cabe ao conselho realizar o
30 acompanhamento e monitoramento. Disse também que é importante
31 acompanhar as lives e o que os estudiosos trazem sobre o assunto. Diante disso
32 surge a preocupação sobre a educação infantil e fundamental em tempo de
33 pandemia. Outra questão, Foi elaborado *ad referendum*, no mês de abril, uma
34 justificativa pela não realização da reunião ordinária, não foi possível realizar a
35 reunião presencialmente, pois os conselheiros não dispunham de ferramentas
36 para tal. No entanto foram enviados vários documentos (Pareceres, Resoluções,
37 Legislações, entre outros), para o estudo e acompanhamento de toda situação
38 de pandemia. Fica então justificada a não realização da reunião no mês de abril.
39 Fez questão de reunir os conselheiros no mês de maio, considerando o Conselho
40 Municipal de Educação enquanto órgão regulador, no entanto, com a ideia de
41 realizar a reunião presencial e também online pela especificidade do momento.



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



42 Em seguida foi aberto espaço para que cada membro falasse sobre suas
43 considerações acerca do Parecer do CNE. Viviane disse que o documento traz
44 todo contexto histórico do cenário atual e estrutura sobre cada modalidade de
45 ensino, apresentando sugestões sobre o retorno das aulas. Alguns problemas
46 técnicos surgiram quanto ao aplicativo no momento da reunião, aos poucos tudo
47 foi se ajustando. O primeiro a falar foi Nivaldo. Disse que, conversando com
48 alguns conselheiros tutelares, informaram sobre as dúvidas que tiveram após o
49 documento ser emitido, sobre as aulas online e a entrega de alimentos. Surge
50 outra interferência e fica resolvido que, quem está online vai falar primeiro.
51 Juliana fala que sentiu a partir do contato com as famílias no decorrer da
52 semana, na entrega do material de orientações às famílias, que não há
53 possibilidade do trabalho remoto para a educação infantil. E o que mais a
54 preocupa é a equidade, sendo que a rede particular se adapta mais facilmente a
55 essas ferramentas, diferente da realidade municipal. Pensando o ENEM, o
56 ensino médio, o que mais preocupa é a equidade. Deu um exemplo particular:
57 Seu filho Eduardo, em uma semana, estava totalmente adaptado, os professores
58 desesperados tentando trabalhar com aquela ferramenta, e outros jovens não
59 tendo esse acesso. Sobre o Parecer do CNE, surgiram muitas angústias, é um
60 documento muito bem colocado, mas reforça sua preocupação com a equidade.
61 Sobre os anos iniciais, a preocupação é com a alfabetização. Essas ferramentas
62 tecnológicas deverão ser mais utilizadas futuramente. Em sua análise, foram
63 essas as questões levantadas. Juliano fala da importância de se ter o
64 conhecimento sobre o que a Prefeitura está pensando sobre a educação em
65 Piracicaba. Observou que foram distribuídas cestas básicas, e que as famílias
66 estão recebendo o suporte e questiona como a Secretária Municipal de
67 Educação Professora Angela está pensando as próximas ações. Deu exemplo
68 particular, que seu filho frequenta a Rede Estadual e chegaram materiais os
69 quais está utilizando. Rosebelly fala que dificilmente a educação retorna agora,
70 pensar um escalonado para creche, talvez, mas acredita que não volta. A
71 universidade está estudando EAD e mais para frente, talvez consigam voltar. Na
72 universidade as salas são numerosas e não há possibilidade de retorno. Para
73 concluir, não se fala mais em currículo de primeiro ou segundo semestre, e sim
74 um currículo do ano para abordar os conteúdos. Solange novamente questiona
75 se houve encaminhamentos do Conselho no mês de abril, a presidente Viviane
76 responde foram enviados documentos para estudo e que fez apenas
77 considerações sobre a não realização da reunião e que todas as decisões foram
78 tomadas com o consentimento dos conselheiros. Nivaldo retoma a fala. Em sua
79 devolutiva, buscou trazer uma reflexão sobre esse período e as exigências da
80 situação, as próprias famílias das crianças e adolescentes que apresentam
81 dificuldades bem como os problemas financeiros. Aponta as desigualdades
82 existentes entre os estudantes de escolas públicas e a opção online como



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



83 utópica para o momento, fugindo da realidade. Pensando o documento, o
84 parecer a ser elaborado, a aproximação familiar dentro dos conteúdos da escola
85 é fundamental. Essa opção, se não bem pensada, pode se tornar uma situação
86 frustrante, pois alguns pais teriam dificuldade em acompanhar seus filhos no
87 cumprimento das atividades e estudos. Seria importante se todos conseguissem
88 dar a devida atenção, mas isso não acontece na prática. Fala também que a
89 destinação da merenda escolar está apresentando problema, uma conselheira
90 apontou que há procura pelos pais questionando sobre como ficará a questão
91 das aulas e sobre os alimentos que foram distribuídos outrora não. O conselho
92 precisa focar também na necessidade alimentar das crianças. Outra dúvida,
93 gostaria de saber se o PDDE está sendo direcionado às escolas e as CAPs,
94 questiona: “Está sendo regularmente repassadas essas bolsas? E a ampliação
95 de recursos tecnológicos para universidades em EAD como está em Piracicaba?
96 O programa mais caminhos, o conselho precisa saber como estão esses
97 repasses para se pensar o município. Considerando o padrão de rendimento
98 educacional, como manter?” Sobre o acréscimo de horas, Nivaldo se preocupa
99 de que forma isso pode impactar a rotina de horas no retorno, e demonstra sua
100 preocupação em deixar os estudantes sem estudar nesse período. Levanta outro
101 questionamento: “Como fazer para que essa alternativa online não seja a única
102 alternativa?” Considera que outros meios deverão ser utilizados para garantir
103 esse acesso com equidade. Nesse sentido, finaliza sua fala. Viviane argumenta
104 sobre os questionamentos na fala do Nivaldo. Quanto ao FNDE, foi antecipado
105 parte desse recurso com algumas facilidades na sua utilização neste tempo de
106 pandemia. A situação é incerta, grave. Mas na educação infantil, em nenhum
107 momento foi pensado um modelo EAD. Como manter a equidade nesse
108 momento, retomando agora a fala da conselheira Juliana no início da reunião,
109 está em reflexão, inclusive, a presidente levou essa discussão para a UNCME.
110 Viviane também falou sobre a participação em um comitê, para pensar a
111 reorganização dos calendários, e por questões éticas, a Regina – Vice-
112 Presidente, representante do conselho, foi convidada para participar. Discorre
113 também sobre os assuntos em pauta no Departamento de Educação Infantil
114 envolvendo as supervisoras e a coordenação: “A importância de acolher os
115 profissionais da educação pós férias nesse momento de pandemia; O que os
116 documentos legais, resoluções e decretos trazem sobre? Como garantir os 60%
117 de frequência das crianças; Como podemos pensar as crianças; Como ajudar as
118 famílias nesse momento?” Considerando todas essas situações foi elaborado o
119 material de orientação às famílias, que estão sendo entregues pelas escolas. E
120 para manter os funcionários da educação trabalhando com garantia de salário,
121 foi estruturado o trabalho home office, onde recebem pautas formativas
122 elaboradas pela supervisão. Solange pergunta: “Queria saber como está dividido
123 o trabalho home office. O HTPC está sendo realizado por vídeo chamada?”



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



124 Viviane explica que sim, os horários estão flexíveis, as reuniões acontecem.
125 Existe uma flexibilidade quanto aos estudos, fóruns, leituras entre outros
126 assuntos desenvolvidos na pauta. E as vídeo chamadas acontecem no período
127 em que cada professor (a) está atribuído, manhã ou tarde. Rosebelly pergunta
128 quanto as formações dos HTPC's, como aconteciam antes. Viviane explica que
129 aconteciam de segunda ou terça-feira, de acordo com a organização da escola,
130 no período contrário ao trabalho dos professores com as crianças. Regina aponta
131 que seria importante voltarmos para a pauta e Viviane retoma a fala. O conselho
132 municipal deve pensar um parecer diante do parecer do CNE, e que, devido ao
133 horário, o tempo de fala será considerado. Continua: "O que cabe ao conselho
134 enquanto órgão normativo, regulador, oficial? Quem define a reorganização dos
135 calendários é o sistema de ensino. E o conselho vai acompanhar a
136 reorganização, considerando a legislação vigente. Como por exemplo, caso o
137 município estabeleça uma carga horária menor, o conselho poderá contestar.
138 Regina assume a fala cumprimentando as pessoas que estão participando por
139 via remota. Em seguida, justifica que sugeriu voltarmos ao foco anteriormente
140 pelo fato do conselho ter que tratar sobre todos os segmentos da educação do
141 município, e não somente da educação infantil por exemplo, considerando o
142 tempo para finalização da reunião. Retoma a colocação da Rosebelly sobre rever
143 a organização anual e não por bimestres ou semestres, pensando o currículo da
144 rede, mas concorda com Nivaldo, quando traz em sua fala sua preocupação com
145 as famílias desprovidas de recursos tecnológicos. O documento (CNE) fala da
146 igualdade de acesso. Regina discorre também sobre a co-participação das
147 famílias nas escolas, muitas não faziam, e nesse momento, também não farão,
148 e nessas condições, não haverá possibilidade de discutir com elas intenção
149 pedagógica, e outro ponto para reflexão, o cuidado de não transferir para a
150 família essa responsabilidade que é da escola. Questiona: "As escolas de ensino
151 técnico, como estão fazendo nesse momento?" Afirma que não será garantido o
152 ensino somente com a modalidade EAD. Juliano levanta outro ponto para
153 reflexão: "Como os professores poderão ajudar para atender essas pessoas?
154 Qual estratégia?". Juliana responde que a escola tem uma função social sobre
155 essa questão. E nessa mesma perspectiva as escolas receberam essa semana
156 os professores e funcionários. Faz parte da comunidade do Jardim Tóquio, é
157 uma favela grande, como o Rio de Janeiro dentro de Piracicaba, com todos os
158 cuidados da OMS, a escola chamou as famílias. Conta com a parceria do CRAS.
159 A escola da infância é a que mais acolhe essas mulheres, essas crianças.
160 Juliana imaginou que as famílias estariam procurando a escola para procurar
161 alimentos, mas na verdade elas queriam ser ouvidas, sentiu um outro
162 movimento. Rosebelly diz que praticamente 80% (oitenta por cento) das
163 disciplinas estão EAD. A universidade está dando bastante suporte, inclusive
164 instrumental, por exemplo, os alunos que estão em suas casas sem internet, a



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



165 reitoria enviou mais de 2000 kits para pessoas que não tinham possibilidade de
166 acesso à internet. José traz em sua fala que em uma comunidade, umas não são
167 tão vulneráveis, outras sim. Conta sobre sua experiência pessoal com seus
168 filhos, solicitarem o auxílio dos adultos, e pergunta a Regina como serão
169 higienizados os ambientes das escolas. Como seria o possível retorno das
170 crianças. Regina fala da importância em discutir sobre questões financeiras e de
171 direitos em nosso país. A lei declara o que deve mas não diz ou garante como
172 vai acontecer na prática. O aumento da violência da mulher, do abuso. Sobre a
173 higienização, desde H1N1, há normas de procedimentos, protocolos que já estão
174 colocados em práticas. Agora, enquanto garantir sobre as ações da famílias,
175 demandam estudos e reflexão acerca disso. Mas sobre a higienização dentro
176 das escolas, desde alimentação, higienização dos brinquedos, deve haver algo
177 além, que envolvem estudos científicos algo a mais que deverão fazer, para
178 garantir a segurança das crianças. Renata relata que está trabalhando em todos
179 os pontos higienização, desinfecção na cidade, e, antes do retorno todos os
180 prédios passarão por este mesmo procedimento. Mas as pessoas deverão fazer
181 sua parte. Deu exemplo que no Lar dos Velhinhos, observou uma pessoa que
182 entrou, passou por todo o processo de desinfecção, no entanto, pegou um jornal
183 após procedimento, que veio da rua, e levou para um idoso. Juliana retoma a
184 fala contando que levou seus filhos ao pronto socorro, e a pediatra informou que
185 a procura caiu pelo fechamento das escolas. A quantidade de guias de
186 referências expedidas neste período de inverno sempre foi acentuado. Solange
187 pergunta sobre a ferramenta AVA MEC, se será utilizada pelo Município. Viviane
188 responde que não. A Juliana falou sobre as ações de sua escola. Solange se
189 expressa quanto aos recursos, se preocupa com os repasses. Essas demandas
190 o conselho precisa acompanhar. A situação de vulnerabilidade das famílias, o
191 contato com drogas, alcoolismo, como serão protegidas essas crianças. Como
192 está sendo acompanhadas essa violação de direitos. Apresentou algumas
193 sugestões se referindo ao trabalho por intersetorialidade. Questiona: “Como o
194 CRAS está funcionando?” Discorre sobre as parcerias importantes para garantir
195 um suporte. Sua preocupação é como garantir a proteção das crianças quanto
196 aos seus direitos, não somente direitos quanto a proteção mas também a
197 garantia dos direitos de aprendizagem. Reafirma, “o trabalho intersetorial se faz
198 necessário neste momento”. Viviane propôs para todos, grupos de trabalho
199 abordando sugestões de cada segmento para elaboração do parecer do
200 conselho, de acordo com as representatividades (Educação Infantil, Ensino
201 Fundamental – Anos Iniciais, Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio,
202 Ensino Técnico, Educação de Jovens e Adultos/ Educação de Jovens e Adultos
203 em situação de privação de liberdade, Educação Especial, Educação Indígena,
204 do campo, quilombola e povos tradicionais e Ensino Superior). A elaboração do
205 parecer deverá acontecer depois da análise dos grupos de trabalho. A proposta



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



206 da presidente foi aprovada por unanimidade. Solange retoma sua fala:
207 “Observando o estatuto das escolas, o momento é mobilizar também esses
208 conselhos de escolas. Uma força tarefa envolvendo todos os atores”. José
209 acrescenta: “Até mesmo porque a diretora precisa do conselho para aprovação
210 das ações da escola”. Solange continua, não sabe como está o fundamental, a
211 progressão continuada. Aponta a importância de se pensar a singularidade da
212 criança, o seu direito de aprender, a continuidade e o papel do professor em
213 assumir essa responsabilidade, agora mais do que nunca. Nair sugere que a
214 Salvia, coordenadora do Fundamental, participe da próxima reunião para que
215 possa dialogar com os membros sobre as ações do Ensino Fundamental do
216 Município, mas se antecipa relatando algumas ações: “Segunda-feira todas as
217 escolas irão entregar atividades nas mãos dos alunos (impressas). O kit
218 alimentação foi entregue para que as famílias se organizassem até receberem o
219 auxílio de R\$600,00 (seiscentos reais) do Governo. O conselho tutelar e
220 assistência social estão empenhados”. Nair afirmou que as ações envolvendo as
221 escolas contribuem para a aprendizagem das crianças. Viviane diz que isso seria
222 outro ponto de reunião e pede desculpas sobre ter que encerrar as falas. Dando
223 continuidade, outro ponto de pauta: Análise e elaboração de Parecer do
224 Conselho Municipal de Educação quanto ao Ofício GAB/SME Nº 099/2020,
225 sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos de auxiliar de ação
226 educativa e professor de ensino fundamental, junto ao Quadro de Pessoal da
227 Prefeitura do Município de Piracicaba. Também aprovado por unanimidade. Em
228 seguida a presidente iniciou **os informes** – Comissão e subcomissões para
229 pensar sobre o plano de retorno às aulas. Solange sugere dois segmentos dentro
230 da comissão, um mais técnico e outro envolvendo os outros conselhos do
231 Município. Juliana conta que algumas mães de crianças especiais estão muito
232 preocupadas quanto a transição dos jardins II para o fundamental. Viviane
233 sugere envolver a Vanessa do NUMAPE (Núcleo Municipal de Apoio Pedagógico
234 da Educação Especial). Juliana acrescenta que essas mães querem que as
235 crianças permaneçam no jardim II em 2021. Viviane informa que foi reformulado
236 o Projeto de Lei Nº 01/2020, no novo texto as despesas estarão de acordo com
237 cada pasta, de encontro à colocação de Solange na última reunião, apontando
238 que alguns cargos não faziam parte da educação. Dessa forma, o texto foi
239 alterado inserindo cada cargo em sua pasta. Após essa informação fez a leitura
240 da justificativa da não realização da reunião ordinária em abril, conforme já dito.
241 Foi necessária a elaboração do documento, houve um diálogo com as diretoras
242 Liliane, Regina e Daniela antes da assinatura do mesmo. A justificativa apresenta
243 a escrita sobre o cumprimento da demanda de trabalho e a responsabilidade do
244 conselho em cumpri-la, a não realização da reunião não acarretou prejuízos ou
245 atrasos ao conselho. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi
246 encerrada às vinte horas e sete minutos, eu, Ana Paula Ferreira da Silva



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Criado pela Lei Municipal nº. 4.599 de 28 de dezembro de 1998



247 Pizzoquero, representante da Secretaria Municipal de Educação, lavro esta ata
248 que, após lida e achada conforme segue assinada pelos presentes..

Assinaturas

Ana Paula Ferreira da Silva Pizzoquero.....

José Ferreira Matos.....

Juliana Montebelo Pazeti.....

Juliano Pereira Passos.....

Nair Paulino Fujita.....

Nivaldo Guidolin de Lima Filho.....

Regina Helena Machado Santos.....

Renata Cristina Fedrigo.....

Rosebelly Nunes Marques.....

Solange Prado Castel.....

Viviane Regina Gimenes Cavalcante.....